



# IMPACTOS SÓCIOECONÔMICOS DA POPULAÇÃO IDOSA EM UM MUNICÍPIO DO INTERIOR DO RIO GRANDE DO SUL

## RESUMO

Esta pesquisa objetiva analisar os impactos socioeconômicos que a representatividade crescente da população de terceira idade pode ocasionar no desenvolvimento do município de Cerro Largo, interior do Rio Grande do Sul. Isso pressupõe uma pesquisa aplicada com objetivo descritivo. As técnicas de estatística descritiva e análise de regressão utilizadas para estimar o crescimento futuro da população não é utilizada para responder o objetivo principal do estudo, motivo que o caracterizou como qualitativo. Utilizou-se *Survey* para coletar dados dos censos populacionais no site do IBGE e amostras de renda familiar da população do município. Os resultados indicam que a população de terceira idade está crescendo mais rapidamente que o crescimento total da população. Já o crescimento da renda desta classe não cresce na mesma proporção que cresce o PIB do município. Isso pode indicar que o poder de compra da renda das pessoas idosas pode acarretar problemáticas para os governantes criarem políticas públicas de atendimento a esta classe social, uma vez que será preciso mais pessoas economicamente ativas contribuindo com a previdência social que terá mais aposentados beneficiários. Também se pode inferir que as pessoas de terceira idade tenham que continuar trabalhando após a aposentadoria como forma de complementar a renda.

**Palavras-chave:** Demografia. Terceira idade. Renda familiar. Impactos socioeconômicos.

## 1 INTRODUÇÃO

A população brasileira estimada para 2018 é de 208,4 milhões, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), número levantado com base no Censo de 2010, havendo um crescimento de 0,38% se comparado a 2017, que foi de 207,6 milhões. Assim mostra-se também uma diminuição de habitantes de 2017 para 2018, sendo que isso já vem ocorrendo há anos e um dos motivos é a baixa taxa de fecundidade que resultara em menos jovens e um aumento na população de idosos (VETTORAZZO, 2018).

Segundo estimativas do IBGE, em 2060 a população brasileira será composta por mais 32% de com pessoas com mais de 60 anos, sendo em 2018 um percentual de 13%, como também a população brasileira ira atingir seu pico em 2047, com 233,2 milhões e decairá pelos próximos anos até chegar 228,3 milhões em 2060, onde o número de idosos será maior em relação ao numero de nascimentos/jovens. Já no Rio Grande do Sul, em 2029, haverá mais idosos do que crianças/jovens, assim sendo o primeiro Estado a chegar a essa marca (VETTORAZZO, 2018).

Segundo Colluci (2018), o Brasil vem envelhecendo "[...] rapidamente e miseravelmente [...]", sendo que, "[...] países desenvolvidos enriqueceram antes de envelhecer [...]", algo que não vem acontecendo, portanto, ninguém vai estar preparo para isso, como o governo e a própria população. Sendo que os aposentados ganham em média R\$1.670,00, parece ser um valor alto, mas que acaba se esvaindo com as despesas com saúde, sendo o principal gasto, assim por mais que a expectativa de vida é alta, a população de idosos consome uma parte da aposentadoria para cuidar com problemas de saúde. Isso tende a se agravar neste atual contexto de pandemia da COVID-19 em que as pesquisas ainda incipientes não reduzem os níveis de incertezas para segurança das tomadas de decisões, sejam pessoais, familiares ou empresariais.

Também se constata que os aposentados tem sido a fonte principal de renda em algumas famílias. Atualmente em razão da crise econômica e ao desemprego dos membros



ativos da família tem representado uma esperança na constituição da renda familiar (CERIONI, 2018).

Segundo Veras (2018), ter uma expectativa de vida alta na população de idosos não significa necessariamente que eles têm uma saúde de qualidade, sendo que isso só se alcança com os cuidados com a saúde durante os anos anteriores da chegada à fase idosa, assim pode-se aproveitar melhor essa fase da vida.

Atualmente no mercado de trabalho a representatividade de idosos ativos é de 7,8% em 2018, tendo uma pequena alta se comparado a 2012 que era 6,3%, de acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), sendo assim os motivos a continuação no emprego, a alta na expectativa de vida, a crise econômica e a vontade de continuar trabalhando, que contribuem para maior permanência no emprego (ESTADÃO, 2018).

Contribuindo com os direitos dos idosos, o Estatuto do Idoso foi criado para a proteção destes direitos, tendo entrado em vigor em 2003 onde o percentual da população de 60 ou mais era de 8,5%, hoje isso representa 13%, segundo dados do IBGE, onde são apontadas falhas nas medidas de acesso a saúde, transporte público, acesso a lugares, sendo que o Estatuto garante o cumprimento dos direitos (CANCIAN, ALEGRETTI, 2018). Assim, percebe-se que o aumento de idosos requer uma melhor gestão pelo governo nas políticas, normas, medidas e leis para que os descasos sociais não sejam mais recorrentes.

O descaso com para os idosos muitas vezes surge da falta de conhecimento das suas necessidades pela população, sendo que até meados dos anos 60, a zona rural detinha boa parte da população, onde os idosos em sua maioria eram donos de seus próprios negócios que passava para seus filhos a partir de sua morte, assim tinham controle financeiro próprio e não dependiam de terceiros (TELLES *et. al.*, 2015).

Percebe-se que a participação da terceira idade na economia é e será muito ativa em razão do aumento da expectativa de vida, assim o objetivo do artigo é verificar a representatividade que a população de terceira idade possui social e economicamente perante a comunidade Cerro-larguense/RS. Já os objetivos específicos são:

- a) Levantar junto as bases de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dados sociais e econômicos da população recenseada do município de Cerro Largo/RS;
- b) Dos dados coletados, separar as informações pertinentes a população de terceira idade;
- c) Realizar estatística descritiva para verificar a representatividade socioeconômica que a população de terceira idade possui perante o todo.

Esta pesquisa é importante para a sociedade, pois mostra o quanto a terceira idade é ativa economicamente no município e a sua contribuição para o seu desenvolvimento. Já para universidade contribuirá para estudos futuros e comparações com outros resultados. Por fim, para a sociedade pode contribuir com ideias, tanto para gestores públicos no que tange ao suporte a este grupo social, como para gestores privados no que tange a gestão de negócios que possam competir na estratégia genérica de Porter (1980) denominada enfoque, sob a qual a empresa compete por clientes com determinadas características sociais/culturais.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Direitos da Terceira Idade**



Nas últimas décadas, a população idosa brasileira vem aumentando significativamente, assim surge a preocupação com a proteção de seus direitos firmados em lei. Além da criação do Estatuto do Idoso em 2003, têm-se algumas outras iniciativas da proteção de sua integridade e patrimônio, como no código civil de 1916 (BOAS, 2015).

De acordo com Silva (2008, apud Laslett, 1989), a terceira idade pode-se definir "como o momento privilegiado para a satisfação e a realização pessoais [...]". Assim se referindo que sua vida passa a ter menos obrigações e só se sujeitando a novas tarefas para atender suas necessidades.

Segundo Franchi e Junior (2005, p. 153) "entende-se por idoso ou pessoa da terceira idade, indivíduos com mais de 60 anos de idade, instituído pelo estatuto do idoso", em seu artigo primeiro. Para mais, a terceira idade, conforme Silva (2008, p.802 apud Laslett, 1989) também é "uma nova e diferenciada etapa de vida que se interpõe entre a idade adulta e a velhice propriamente dita".

Em relação à percepção do aumento da expectativa da vida, segundo Silva (2008), está se procurando novas formas para poder acompanhar ela, assim, havendo nova formulação de linguagem, de instituições e uma nova visão sobre o envelhecimento. Sendo a comunidade idosa, um grupo considerado vulnerável diante da sociedade atual.

O código Civil de 1916, já se referia as pessoas de mais idade, onde era obrigada a separação matrimonial de bens ao completar sessenta anos para homens e cinquenta e cinco anos para mulher, assim protegendo esta faixa etária de golpes em relação às suas fortunas e estado econômico (BOAS, 2015).

De acordo com Agostinho, Botelho e Moraes (2018), entre uns dos primeiros programas aprovados que tange sobre o envelhecimento é o Plano de Ação Internacional de Viena, elaborado em 1982, na Assembleia Geral das Nações Unidas, resultante na Resolução 37/51 que buscou promover políticas e programas sobre o envelhecimento, assim, tendo como propósito:

Um programa ação internacional destinado a garantir a segurança econômica e social das pessoas idosas, assim como as oportunidades de contribuição do desenvolvimento nacional e também que as sociedades respondessem mais plenamente às implicações do envelhecimento da população e às necessidades específicas das pessoas idosas ( AGOSTINHO; BOTELHO; MORAES, 2018, p. 79).

A Constituição Federal de 1988 também buscou uma integração social, não apenas democrática, assim não distinguindo as pessoas em razão da raça, cor, sexo, condições físicas e idade, garantindo a proteção e amparo as pessoas idosas (GARCIA; LEITE; SERAPHIM, 2016). Nesse viés, o artigo 229 diz que os filhos possuem o dever de assistir e amparar seus pais na velhice, carência ou enfermidade, e ainda o artigo 230 corrobora:

Art. 230. A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.

§ 1º Os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em seus lares.

§ 2º Aos maiores de sessenta e cinco anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos.



Neste mesmo sentido, Cielo e Vaz (2009, p. 33) enfatizam que a Constituição Federal de 1988 não teve limites, pois não somente apresentou disposições genéricas, como também trouxe situações específicas de proteção aos idosos. Desta forma, “assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida, surpreende o enorme avanço na área de proteção aos direitos dos idosos”.

Anos depois, conforme Garcia, Leite e Seraphim (2016, p. 31) “foi promulgada a Lei n. 8.842/94, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, com objetivo de assegurar os direitos sociais ao idoso, criando condições para promover sua autonomia, participação efetiva e integração na sociedade”, além de criar o Conselho Nacional do Idoso. Também, tem-se o decreto n. 4227/2002, assim surgindo o Conselho Nacional dos Direitos dos Idosos responsável por supervisionar e avaliar a Política Nacional do Idoso, que atualmente é regulado pelo decreto nº 5.109/2004, que passou a deliberar de maneira díspar sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do citado Conselho.

Assim, posteriormente, o Estatuto do Idoso foi instituído pela Lei n. 10.741/2003, dada pelo Senador em atividade Paulo Paim, que garante os direitos aos idosos com idade igual ou superior a 60 anos (GARCIA; LEITE; SERAPHIM, 2016). Na mesma senda, Ceneviva (2004, p. 13) afirma que,

A prioridade do velho na satisfação dos direitos fundamentais da pessoa está no artigo 3º da norma estatutária, em oito incisos do parágrafo único. Vão desde a precedência no atendimento ao permanente aprimoramento de suas condições de vida, até a inviolabilidade física, psíquica e moral, a salvo de qualquer tratamento desumano, com a garantia, pelo Poder Público, de atendimento domiciliar da população idosa cadastrada, de fornecimento gratuito de medicamentos, próteses e outros recursos relativos à saúde.

Diante disso, o artigo 3º do Estatuto do Idoso os direitos fundamentais são reforçados assim (BOAS, 2015):

Art. 3º É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:

I – atendimento preferencial imediato e individualizado junto aos órgãos públicos e privados prestadores de serviços à população;

II – preferência na formulação e na execução de políticas sociais públicas específicas;

III - destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção ao idoso;

IV – viabilização de formas alternativas de participação, ocupação e convívio do idoso com as demais gerações;

V - priorização do atendimento do idoso por sua própria família, em detrimento do atendimento asilar, exceto dos que não a possuem ou careçam de condições de manutenção da própria sobrevivência;

VI - capacitação e reciclagem dos recursos humanos nas áreas de geriatria e gerontologia e na prestação de serviços aos idosos;

VII – estabelecimento de mecanismos que favoreçam a divulgação de informações de caráter educativo sobre os aspectos biopsicossociais de envelhecimento;

VIII – garantia de acesso à rede de serviços de saúde e de assistência social locais;



IX – prioridade no recebimento da restituição do Imposto de Renda.

Outrossim, além de tudo que já fora exposto, o idoso tem outros direitos firmados em lei, como direito à vida, liberdade, respeito, dignidade, saúde, educação, cultura, esporte, lazer, profissionalização, trabalho, previdência social, assistência social, habitação, transporte, proteção e justiça.

## **2.2 Terceira Idade no Censo Populacional**

A preocupação em relação ao conjunto populacional de idosos é algo recente, se for olhar para a estrutura de leis recentes brasileiras visualizadas para a terceira idade. Assim, é importante o seu planejamento, pois, conforme Kreling (2010, p. 49):

O fator populacional é um componente essencial na definição de políticas públicas. A evolução da transição demográfica afeta, de maneira geral, a sociedade, a economia e as políticas sociais que, através das mudanças da estrutura etária, podem sinalizar novas demandas por bens e serviços em geral.

Ao analisar especificamente o Brasil, o IBGE é o responsável pelo recolhimento de vários dados no território nacional brasileiro, dentre um deles, é o censo demográfico que enumera a população, realizado de dez em dez anos, aborda a faixa etária, sexo, região, entre outros dados. Onde percebe-se, através deste, o aumento da faixa etária dos idosos durante os anos e como também promove a previsão de sua população (IBGE, 2018).

A população mundial a cada ano envelhece mais, sendo que no Brasil não é diferente, já está chegando no patamar de outros países como Japão, Itália e Alemanha, em detrimento da baixa fecundidade, onde nasce cada vez menos crianças em relação ao número de idosos, e alta expectativa de vida, resultante da evolução da medicina e aos direitos conquistados pelos idosos (JÚNIOR; COSTA, 2006).

Com o aumento da expectativa de vida da população idosa brasileira está se renovando nesses últimos anos e nos próximos, verifica-se, então, conforme Camarano (2002) a população idosa igual ou acima de 60 anos em 1940 e 1996, representava respectivamente 4% e 8% da população total, assim segundo o IBGE em 2018, o percentual se equivale a 13%, e também para o futuro, em 2060 está previsto um percentual de 32% sobre a população total.

A combinação de certos fatores possibilitara o aumento da população idosa, onde já vem acontecendo, desde já os citados, têm-se ainda, segundo Silva, Souza e Ganassol (2017, p. 147): “fatores sociais, físicos, psicológicos, econômicos e ambientais são conhecidos como domínios ou variáveis da qualidade de vida [...]”.

## **2.3 A Terceira Idade e a Economia**

Tendo em vista que uma população de idosos numerosa necessita de seu governo se planeje para portar a numerosidade, conforme Kreling (2010, p. 48-49):

As implicações de ordem demográfica, econômica e social do processo de envelhecimento já surtem seus efeitos em nosso país, seja na alteração de vida dos indivíduos e das estruturas familiares, seja nas mudanças da composição da força de



trabalho. Estas modificações exigem novas demandas por políticas públicas, tanto na distribuição dos recursos na sociedade, quanto na definição dos segmentos populacionais prioritários para aplicação desses recursos. Neste sentido, urge reorganizar todas as políticas, mesmo aquelas que surtirão efeitos somente a médio ou longo prazo. Sabe-se, contudo, que o equacionamento destas questões vem acompanhado da necessidade de um crescimento econômico vigoroso e sustentável ao longo do tempo.

O consumismo na terceira idade só aumenta no passar dos anos, em decorrência de sua longevidade, como afirma Pereira e Formiga (2018, p. 09):

O consumo na terceira idade só aumenta, considerando se a longevidade alcançada nos dias atuais e, além disso, as características presentes na sociedade contemporânea, típicas do desligamento do modernismo e uma aparente adesão à pós-modernidade. A longevidade já é uma conquista decorrente do consumo, pois são os produtos e serviços disponíveis no mercado que dão condições para esse aumento do tempo de vida, então, o consumo aumenta a perspectiva de vida e uma vida mais longa aumenta o consumo. Isso, associado à cultura do hiperconsumo que a sociedade apregoa, dão características de pós-modernidade à situação que se apresenta [...].

Portanto, ao visualizar a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), onde é um projeto de coleta de informações por amostra nos domicílios brasileiros, sendo apurado e divulgado trimestral e anual, onde analisa os rendimentos de todas as fontes de trabalho dos residentes no domicílio e suas características gerais (IBGE, 2018). Nos relatórios divulgados constam, além das pessoas em geral que são com ou maior de 14 anos, o percentual/números ligados a terceira idade, como idade e seu rendimento representam no Brasil.

Assim, segundo o relatório referente aos rendimentos de todas as fontes no ano de 2017, a participação no rendimento médio mensal real domiciliar per capita para o rendimento advindo da aposentadoria/ou/pensão dos brasileiros é de 19,4%. Já a participação da região Sul corresponde a 20,4% (PNAD, 2018). Tendo em vista que, a renda tem influência na sustentabilidade e consumismo na terceira idade, pode-se concluir conforme Melo, Ferreira e Teixeira (2014, p. 03):

[...] A renda per capita domiciliar é de igual importância, descrevendo a declaração de incapacidade à medida que aumenta a renda. Uma possível explicação para essa diferenciação reside no fato de maiores níveis de renda permitem a aquisição de melhores serviços de acompanhamento, equipamentos de apoio e uma inserção social mais ativa. É também importante para compreender o idoso não apenas como um consumidor em potencial, mas como um indivíduo ativo, que possui necessidades próprias não só à sua idade, mas às suas características pessoais, familiares, sociais, econômicas e culturais.

### 3 METODOLOGIA

Esta pesquisa tem por estratégia de coleta de dados a técnica de *survey*, para se levantar a representatividade social e econômica da população de terceira idade no município de Cerro Largo/RS, logo, sua natureza é aplicada, já que, segundo Gray (2012), pesquisas que tratam dados considerando a realidade vivenciada por uma população não se enquadram como estudos puramente teóricos. Já, quanto ao objetivo metodológico, esta pesquisa se classifica



como descritiva, uma vez que se procurará descrever as características da população estudada. Por fim, no que tange a abordagem, esta pesquisa é qualitativa, uma vez que, conforme explica Gray (2012), só são estudos quantitativos aqueles que se ocupam de técnicas de estatística inferencial para responder à problemática principal ou atender aos objetivos propostos do estudo. Portanto, ao passo que aqui se fez mensurações, até se utilizou de técnica de estatística inferencial, no caso, análise de regressão, porém com intuito de atender ao objetivo principal, ao qual apenas foram utilizadas técnicas de estatística descritiva.

### **3.1 População e amostra**

A população do estudo é a própria população do município de Cerro Largo/RS, sendo selecionado uma amostra estratificada da população da terceira idade. Inicialmente disparou-se aproximadamente 90 questionários junto à membros dos clubes de terceira idade do município, já que representantes dos 16 clubes espalhados entre as comunidades rurais e urbanas se reúnem em reunião mensal nas dependências da URI Cerro Largo/RS. Cada membro dos clubes levou para aplicar com idosos da sua comunidade entre 5 e 8 questionários. Destes aproximados 90 questionários, 75 retornaram aptos a comporem a amostragem para representar as características desta população estudada. Segundo percepções entendidas com a participação na reunião em que retornou os questionários, pode-se ressaltar que houve heterogeneidade nos respondentes.

Complementarmente, também se buscou nas bases do IBGE (2018) os números históricos de recenseamento da população brasileira e cerro-larguense/RS (geral e por idade) para fins de se averiguar a tendência de crescimento desta população em relação a população de terceira idade.

### **3.2 Coleta e tratamento dos dados**

Quanto aos dados de recenseamento da população, coletou-se no sítio eletrônico do IBGE (2018), e, após planilhados em Microsoft Excel®, procedeu-se as análises de regressão estatística.

No tocante ao questionário aplicado, o qual consta a seguir (figura 1), foi desenvolvido pelos próprios autores conforme os objetivos específicos propostos pelo estudo. Quanto ao tratamento, também se organizou planilhas do Microsoft Excel® no qual se tabulou as respostas obtidas. Em seguida construiu-se os gráficos que descrevem os dados numericamente em relação à representatividade. Por fim, construiu-se as argumentações.

### **Figura 1 – Questionário aplicado**

1. Município: \_\_\_\_\_
2. Sua idade está entre...  
☒ 50 a 59 anos      ☐ 60 a 69 anos      ☐ 70 a 79 anos      ☐ 80 anos ou mais
3. Seu sexo é...  
☒ Masculino      ☐ Feminino
4. Você mora na...  
☒ Zona urbana      ☐ Zona rural
5. Sua renda é constituída por:  
☒ Apenas aposentadoria  
☒ Aposentadoria + Auxílio familiar  
☒ Aposentadoria + outro trabalho      ☐ emprego na cidade      ☐ atividade agrícola  
☒ Apenas outro trabalho      ☐ emprego na cidade      ☐ atividade agrícola
6. Utiliza a rede de saúde...  
☒ SUS      ☐ Privada      ☐ Ambas
7. Qual a porcentagem gasta da sua renda com farmácia e saúde?  
☒ 0% a 30%      ☐ 50% a 70%  
☐ 30% a 50%      ☐ 70% a 100%
8. Qual a porcentagem gasta da sua renda com o mercado/alimentação?  
☒ 0% a 30%      ☐ 50% a 70%  
☐ 30% a 50%      ☐ 70% a 100%
9. Qual a porcentagem gasta da sua renda com roupas/vestuário?  
☒ 0% a 30%      ☐ 50% a 70%  
☐ 30% a 50%      ☐ 70% a 100%
10. Qual a porcentagem gasta da sua renda com lazer/bailes/viagens/festas?  
☒ 0% a 30%      ☐ 50% a 70%  
☐ 30% a 50%      ☐ 70% a 100%
11. O responsável pela residência onde você mora é...  
☒ Você      ☐ Conjugue ou companheiro  
☐ Algum filho(a)      ☐ Outro parente  
☐ Algum neto(a)      ☐ Uma instituição
12. Em caso de necessidade, procuraria um lar de acolhimento...  
☐ Não  
☒ Sim      ☐ Casa Dia – Passa o dia e retorna à noite para a residência fixa  
☐ Casa Lar – Residência fixa  
☐ Casa Passagem – Posa alguns dias (ex. dias da semana)
13. Você é responsável por sustentar outra pessoa além de você...  
☐ Não  
☒ Sim      ☐ Filhos(as)      ☐ Netos(as)  
☐ Conjugue ou companheiro      ☐ Outro parente...
14. Sua renda total é...  
☐ Até 2 salários mínimos  
☐ Mais de 2 e menos de 5 salários mínimos  
☐ Mais de 5 salários mínimos

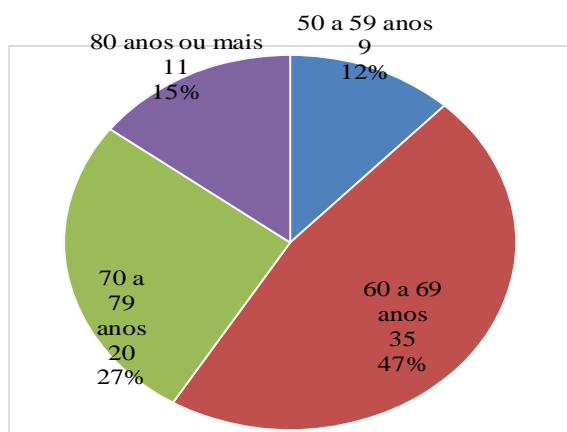
## 4 RESULTADOS

Nesta seção apresenta-se inicialmente a estatística descritiva das características da população de terceira idade pesquisada. Por fim, se apresenta a análise de regressão que auxilia verificar a tendência de crescimento da população de terceira idade no município.

### 4.1 Características populacional

Dentre os 75 entrevistados, entre eles, 51% (38) são homens, 49% (36) são mulheres e uma resposta em branco, sendo dos quais 46% (35) têm entre 60 a 69 anos, 27% (20) entre 70 a 79 anos, 15% (11) entre 80 ou mais e 12% (9) entre 50 a 59 anos. Ainda dentre eles, 62% (46) moram na zona rural e 38% (28) na zona urbana. Nota-se uma variedade na faixa etária e em sua maioria reside no interior do município.

**Gráfico 1 – Idade dos pesquisados**

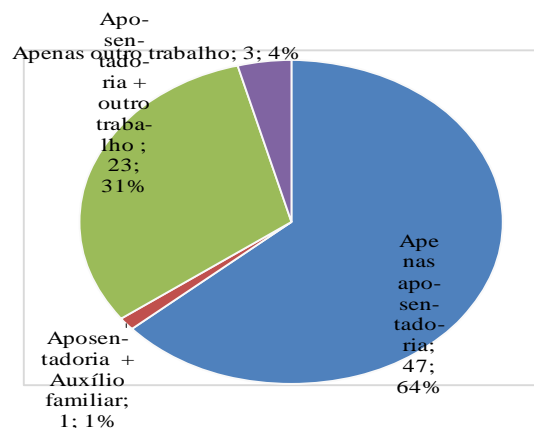


Fonte: dados da pesquisa.

Entre os 75 entrevistados (uma resposta em branco) foram perguntados a renda do qual os mesmos se sustentam, sendo assim, 64% (47) somente recebem aposentadoria; 31% (23) recebem aposentadoria mais renda de outro trabalho, advindo 90% (18) da atividade agrícola e 10% (2) com emprego na cidade; 4% (3) somente outro trabalho com 1% (1) com

emprego na cidade; e apenas 1% (1) tem aposentadoria mais auxílio familiar.

**Gráfico 2 – Tipo de Renda**



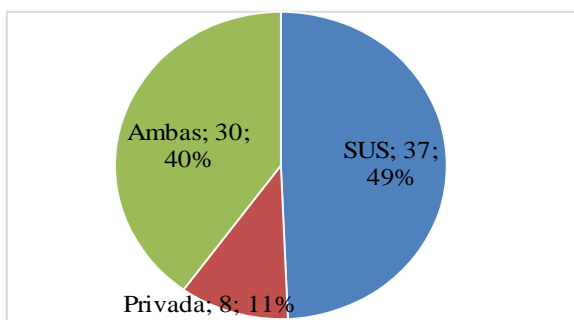
Fonte: dados pesquisa.

Percebe-se que a maioria dos entrevistados recebe aposentadoria e ainda boa parte deles necessita de complemento na renda como a atividade agrícola como mostra os dados.

A rede de saúde utilizada pelos entrevistados em sua maioria é o SUS com 49% (37); onde 11% (8) utilizam a rede Privada e também 40% (30) utilizam ambas para o seu atendimento.

Percebe-se que a maioria dos entrevistados depende da rede de saúde pública. Até aqueles que utilizam ambas, pois nem todo tratamento é custeado pelo SUS, tendo que recorrer ao particular, principalmente em relação a remédios.

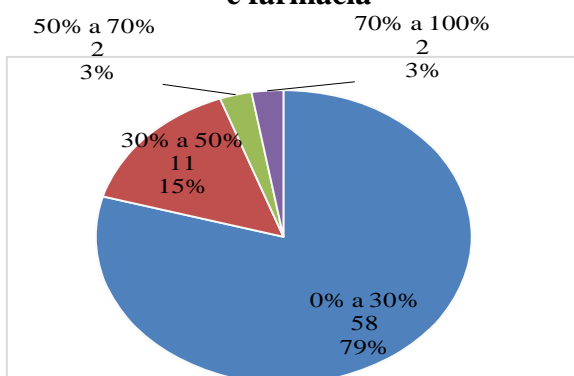
**Gráfico 3 – Rede de Saúde**



Fonte: dados da pesquisa.

Com 75 entrevistados, dos quais 2 respostas em branco, sendo assim, em relação ao gasto com saúde e farmácia, 79% (58) gastam entre 0% a 30% da renda; 15% (11) gastam entre 30% a 50% da renda; 3% (2) gastam entre 50% a 70% da renda; e 3% (2) gastam entre 70% a 100% de sua renda.

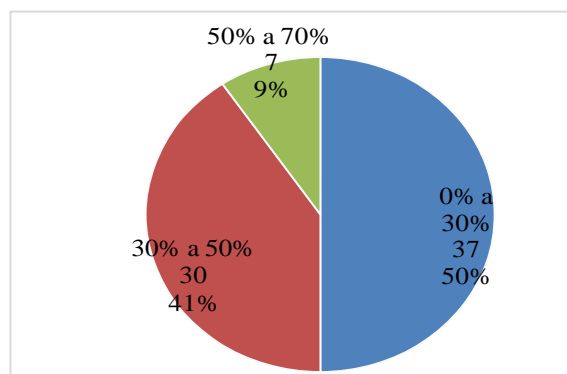
**Gráfico 4 – Porcentagem gasta com saúde e farmácia**



Fonte: dados da pesquisa.

A porcentagem gasta da renda com mercado e alimentação, segundo os 75 entrevistados (com 1 resposta em branco), é de até 30% para 50% (37); até 50% para 41% (30) e até 70% para 9% (7), assim, percebe-se que há maioria das pessoas gastam até 50% da renda em alimentação.

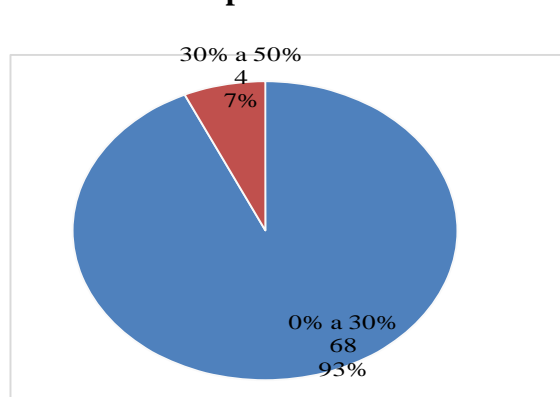
**Gráfico 5 – Porcentagem gasta com mercado e alimentação**



Fonte: dados da pesquisa.

Segundo os 75 entrevistados (2 respostas em branco), onde 93% (68) gasta até 30% e 7% (5) até 50% da renda com roupas e vestuário, assim, percebe-se um pouco gasto com vestimentas.

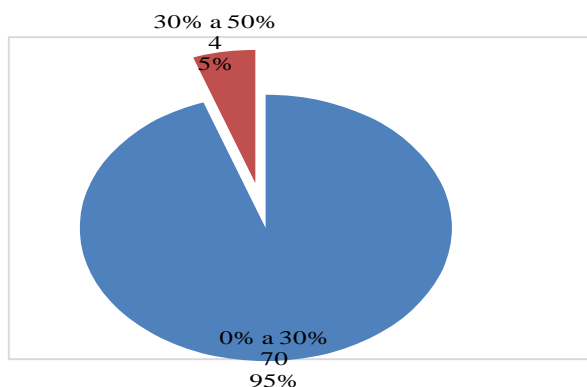
**Gráfico 6 – Porcentagem gasta com roupas e vestuário**



Fonte: dados da pesquisa.

Já para os gastos com lazer como bailes, viagens e festas entre as respostas, 95% (70) gastam até 30% e 5% (4) gastam até 50% da renda, assim, nota-se que é pouco gasto com lazer.

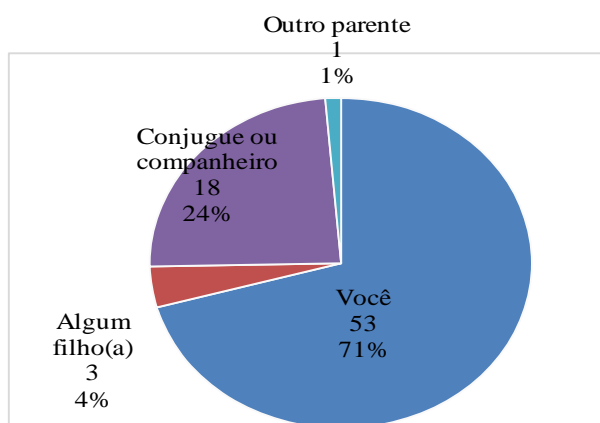
**Gráfico 7 – Porcentagem gasta com lazer/bailes/viagens/festas**



Fonte: dados da pesquisa.

Foi perguntado aos 75 entrevistados quem era responsável pela casa que vive, portanto, 71% (53) responderam que eram eles mesmos, 24% (18) eram seu conjuge ou companheiro, 4% (3) era um dos filhos, e 1% (1) era um parente. Percebe-se que a maioria possui sua própria casa e vivem com seus respectivos conjuges.

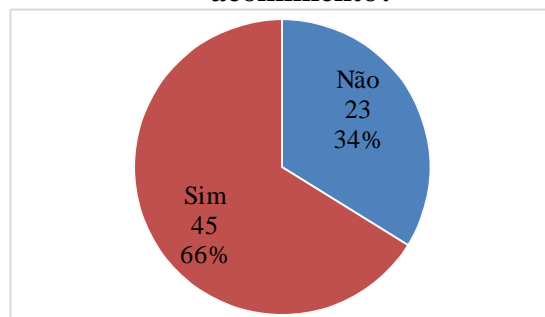
**Gráfico 8 – Responsável pela residência**



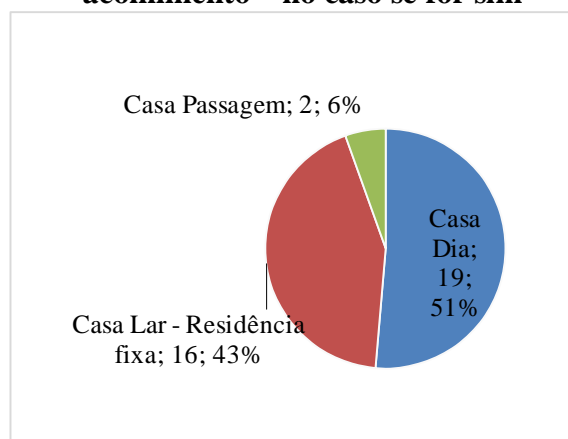
Fonte: dados da pesquisa.

(residência fixa) e 2 escolheriam Casa de Passagem (fica alguns dias da semana).

**Gráfico 9 – Procuraria um lar de acolhimento?**



**Gráfico 10 – Procuraria um lar de acolhimento – no caso se for sim**

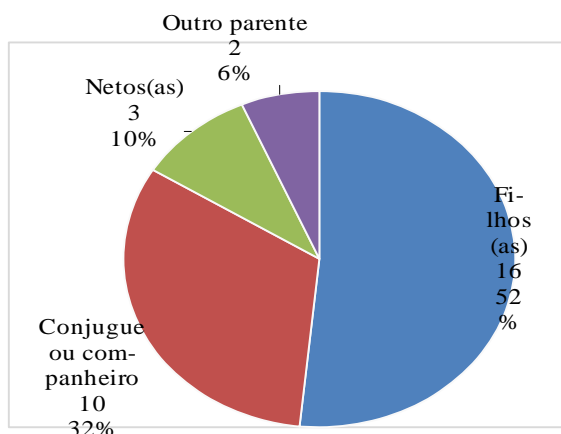


Fonte: dados da pesquisa.

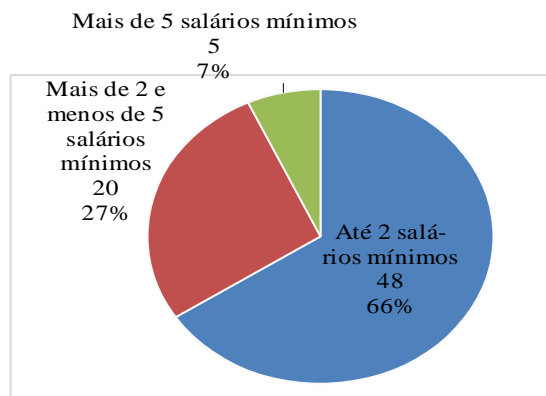
Dentre os entrevistados, 39 responderam que não sustentam outra pessoa, e 35 responderam que sustentam além deles outra pessoa, sendo 52% (16) os filhos(as), 32% (10) o conjuge ou companheiro, 10% (3) os netos(as) e 6% (2) outro parente. Assim, parte dos entrevistados sustenta outra pessoa.

**Gráfico 11 – Sustenta outra pessoa**

Dentre os entrevistados foi perguntado, se houvesse necessidade, procuraria um lar de acolhimento, e aproximadamente 65% (45) respondeu que sim e 34% (23) respondeu que não. Entre os 45 entrevistados, 19 escolheriam uma Casa Dia (passa o dia e retorna à noite para a residência fixa), 16 escolheriam Casa Lar



Fonte: dados da pesquisa.



Fonte: dados da pesquisa.

Ao serem perguntados sobre sua renda, 66% (48) responderam que recebem até 2 salários mínimos, 27% (20) recebem mais de 2 e menos de 5, 7% (5) recebe mais de 5 salários mínimos e 2 pessoas responderam que ganham até 1 salário.

## Gráfico 12 – Renda total

### 4.2 Crescimento populacional

Na coleta de dados do sítio eletrônico do IBGE (2018) pode-se coletar as seguintes contagens populacionais do Brasil e do município de Cerro Largo/RS abrangendo os períodos de 2000 até 2019. Observa-se que 2007 não consta previsão e 2019 não consta apenas para nível nacional. Já as contagens dos anos 2000 e 2010 são oriundos de censo, ao passo que os demais são estimativas.

**Tabela 1 – População recenseada e estimada**

Ano	Brasil (Habitantes)	Cerro Largo/RS (Habitantes)	PIB Brasil (R\$)	PIB Cerro Largo/RS (R\$)
2000	169.872.857	12.664	1.179.482.000	81.081
2001	172.385.826	12.587	1.302.135.029	95.322
2002	174.632.960	12.536	1.488.787.276	108.879
2003	176.871.437	12.476	1.717.950.386	134.251
2004	181.569.056	12.350	1.957.751.224	141.443
2005	184.184.264	12.281	2.170.584.503	156.514
2006	186.770.562	12.212	2.409.449.916	167.436
2007	n/d	n/d	2.720.262.951	242.723
2008	189.605.006	12.853	3.109.803.097	290.679

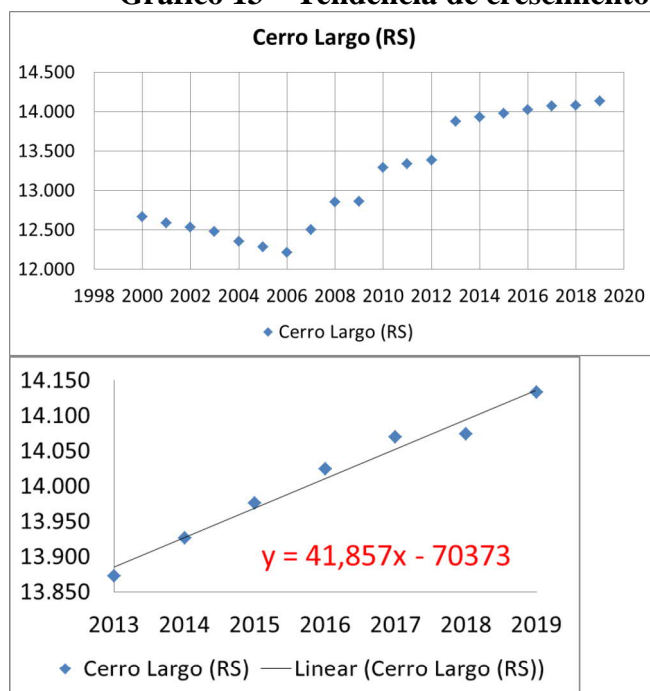


2009	191.480.630	12.861	3.333.039.339	320.246
2010	190.755.799	13.289	3.885.847.000	382.028
2011	192.379.287	13.337	4.376.382.000	417.391
2012	193.904.015	13.384	4.814.760.000	482.540
2013	201.032.714	13.872	5.331.618.957	590.002
2014	202.768.562	13.926	5.778.952.780	572.254
2015	204.450.049	13.976	5.995.787.000	583.510
2016	206.081.432	14.024	6.267.205.000	635.715
2017	207.660.929	14.069	n/d	n/d
2018	208.494.900	14.074	n/d	n/d
2019	n/d	14.133	n/d	n/d

Fonte: IBGE (2018)

Ao se aplicar a análise de regressão, é possível constatar que entre os anos 2000 e 2006 o IBGE vinha estimando reduções graduais no tamanho da população do município. Porém, entre os períodos de 2006 e 2013 se constata diversos fatos relevantes impactando a configuração social e econômica da cidade, sendo: 1) a construção da Usina Hidrelétrica São José no município vizinho de Salvador das Missões e tendo Cerro Largo como principal município de suporte no fornecimento de infraestrutura social/comercial; 2) instalação de um campus da Universidade Federal Fronteira Sul (UFFS); 3) crescimento relevante nas operações de uma grande empresa do ramo varejista sediada na cidade.

**Gráfico 13 – Tendência de crescimento da população cerro-larguense/RS**



Fonte: dados da pesquisa

Considerando que tais fatos são específicos não se repetindo corriqueiramente, então para fins de análise de regressão utilizou-se apenas a tendência de crescimento da população considerando as estimativas 2013 em diante. Logo, levando em consideração a tendência de crescimento da população, e a representatividade no PIB, então pode-se inferir as estimativas



futuras de população e participação econômica da classe de terceira idade em relação ao município, sendo:

**Tabela 2 – Estimativas da população de terceira idade e participação no PIB municipal**

Ano	População municipal estimada	Idosos Estimados no município	PIB estimado do município (R\$)	Renda estimada terceira idade (R\$)
2020	14.178	2.718	846.578.900	91.628.241
2025	14.387	2.983	1.079.821.100	100.570.254
2030	14.596	3.248	1.313.063.300	109.512.267
2035	14.806	3.513	1.546.305.500	118.454.280
2040	15.015	3.779	1.779.547.700	127.396.293

Fonte: dados da pesquisa

Tais dados indicam o viés de crescimento da população de terceira idade vindo de encontro a constatação de Junior e Costa (2006) quanto ao envelhecimento da população mundial, sendo que no Brasil a tendência é semelhante. Da mesma maneira, o crescimento do PIB também é crescente no município estudado, da mesma forma que a renda total da população idosa, embora a representatividade da terceira idade neste PIB seja decrescente tal como é apresentado na tabela 3.

**Tabela 3 – Representatividade dos gastos estimados da população de terceira idade em relação ao PIB municipal**

Ano	Representatividade Idosos PIB	Gastos c/ Saúde (R\$)	Gastos c/ Alimentação (R\$)
2020	10,82%	42.799.551	19.668.002
2025	9,31%	46.976.366	21.587.405
2030	8,34%	51.153.180	23.506.808
2035	7,66%	55.329.994	25.426.211
2040	7,16%	59.506.808	27.345.614

Fonte: dados da pesquisa.

Este crescimento da participação da terceira idade no PIB menos que proporcional ao crescimento total do PIB se deve ao fato de que o reajuste das aposentadorias não é suficiente para repor o custo da inflação que assola a renda dos aposentados. Na contramão desta queda nos rendimentos dos aposentados, tem-se os gastos com saúde e alimentação que permanecem em crescimento.

## 5 CONCLUSÃO E DISCUSSÕES

O objetivo dessa pesquisa foi de verificar a representatividade que a população de terceira idade possui social e economicamente perante a comunidade Cerro-larguense/RS, assim percebeu-se dos entrevistados que a maioria é aposentada e que recebem até dois salários mínimos, visto que seus gastos variam até 30% e 50% da renda com consumo de vestimentas, lazer e também seus maiores dispêndios são com a saúde e alimentação. Nota-se que a maioria dos entrevistados possui casa própria e além de se sustentarem, tem que sustentar alguém de seus familiares.



Esta pesquisa ao revelar que os altos níveis de gastos em itens essenciais dos entrevistados, bem como a baixa renda, corrobora Pereira e Formiga (2018) ao aduzirem do aumento das necessidades de consumo das pessoas na velhice. Com isso pode-se afirmar que o maior gasto com saúde e alimentação condiz com a faixa etária dos entrevistados, pois há a necessidade de remédios, cuidados e uma alimentação balanceada.

Adicionalmente, a pesquisa revelou que 31% dos entrevistados necessitam de uma fonte de renda complementar à aposentadoria, apoiando Kreling (2010) ao afirmar que a sociedade brasileira está passando por transformações significativas na composição da força de trabalho e das estruturas familiares, pois estes aposentados ficam a margem dos direitos constitucionais e demais estabelecidos no estatuto do idoso em detrimento de necessitarem competirem no mercado de trabalho com jovens a fim de poderem complementar a renda.

Considerando ainda o fato de se ter constatado tendência de crescimento da população de terceira idade em relação a população total, bem como, um decréscimo no poder de compra dos rendimentos auferidos por tal população, então como principal resultado pode-se inferir que já é hora, além de pensar em políticas públicas, agir em prol desta classe social a fim de garantir uma configuração social mais equilibrada e sustentável.

Ademais, os impactos sociais e econômicos não se restringem unicamente a classe da terceira idade, mas em toda a sociedade, já que, ao passo que é crescente a população desta faixa etária, tem-se consequentemente um aumento no número de aposentados dependentes dos meios previdenciários em contrapartida de uma redução no número de contribuintes diretos. Adicionalmente, os sistemas de saúde e assistência social também passam a ser mais demandados devido a maior probabilidade do surgimento de fragilidades na saúde das pessoas de tal faixa etária. Tal constatação corrobora Felipe *et al.* (2020) que aduzem sobre a importância de se considerar aspectos funcionais, arquitetônicos, de infraestrutura entre outros no processo de desenvolvimento urbano sustentável, pois a sustentabilidade pressupõe a inclusão do atendimento às necessidades requeridas pela população de terceira idade diante da sociedade em que se vive.

Por fim, a sustentabilidade da sociedade também prevê o elemento econômico, em que havendo defasagem econômica da renda desta parte da população combinada com maiores necessidades básicas, principalmente no quesito saúde, então se entende os motivos que levam pessoas já aposentadas manterem-se no mercado de trabalho para adquirirem fonte de renda extra e vindo a dificultar a entrada dos jovens no mercado de trabalho, até porque a experiência adquirida ao longo da vida lhes conferem, em muitos casos, vantagens competitivas no desenvolvimento profissional.

Esta pesquisa contribui para sociedade como forma de mostrar em como essas faixas etárias se comportam e prosperam na cidade de Cerro Largo. Para os profissionais uma forma de conhecer essa faixa etária que possibilitara o desenvolvimento de negócios voltados para os mesmos. E para os acadêmicos beneficiará a elaboração de novas pesquisas sobre a importância da classe social denominada terceira idade.

A pesquisa utiliza-se de uma amostra da população do município, assim se limitando, pois, ao ser aplicado em outras circunstâncias, como uma amostra mais abrangente, haverá diferentes resultados e compreensões. Assim, sugere-se esse mesmo estudo em outros municípios e Estados para a melhor compreensão da terceira idade no meio social e econômico. Ademais, também se considera relevante a repetição da pesquisa no atual cenário de pandemia da COVID-19 já que os dados podem ser comparados com intuito de verificar possíveis alterações ocasionadas nesta situação de medo e insegurança sanitária/econômica.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGOSTINHO, C. S.; BOTELHO, L.; MORAES, P. **Indicadores sobre idosos: desafios diante do envelhecimento populacional**. IBGE: Coordenação de População e Indicadores sociais, Rio de Janeiro, 2018.

BOAS, M.A.V. **Estatuto do idoso comentado**. 5º ed., Forense, Rio de Janeiro, 2015.

BRASIL, Lei n. 10.741 de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso, Brasília, 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2003/L10.741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.741.htm). Acesso em: 14/02/2019.

CAMARANO, A. A. **Envelhecimento da população Brasileira: uma contribuição demográfica**. IPEA, Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2091>. Acesso em: 10/2018.

CANCIAN, N.; ALEGRETTI, L. **Após 15 anos do Estatuto do Idoso, desafio é cumprir a lei**. Folha de São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/07/apos-15-anos-do-estatuto-do-idoso-desafio-e-cumprir-a-lei.shtml>. Acesso em: 08/2018.

CENEVIVA, W. **Estatuto do idoso, Constituição e Código Civil: a terceira idade nas alternativas da lei**. Revista da terceira idade, v. 15, nº 30, p. 7-23, São Paulo, 2004. Disponível em: [https://www.sescsp.org.br/files/edicao\\_revista/34b3bf5f-02ce-4c43-85e7-2dc83ba8a467.pdf](https://www.sescsp.org.br/files/edicao_revista/34b3bf5f-02ce-4c43-85e7-2dc83ba8a467.pdf). Acesso em: 13/02/2019.

CERIONI, C. **Aposentados, idosos voltam a ser os chefes da família**. Jornal Folha de São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/08/aposentados-idosos-voltam-a-ser-os-chefes-da-familia.shtml>. Acesso em: 28/08/2018.

CIELO, P. F. L. D.; VAZ, E. R. C. **A legislação brasileira e o idoso**. Revista CEPPG, nº 21, p. 33-46, Goiás, 2009. Disponível em: [http://www.portalcatalao.com/painel\\_clientes/cesuc/painel/arquivos/upload/temp/d69c5c83201f5bfe256b30a1bd46cec4.pdf](http://www.portalcatalao.com/painel_clientes/cesuc/painel/arquivos/upload/temp/d69c5c83201f5bfe256b30a1bd46cec4.pdf). Acesso em: 13/02/2019.

COLLUCI, C. **Estudos sobre a terceira idade apontam que Brasil chegará à velhice mais pobre e menos saudável**. Jornal Folha de São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/saopaulo/2018/05/1969017-estudos-sobre-a-terceira-idade-apontam-que-brasil-chegara-a-velhice-mais-pobre-e-menos-saudavel.shtml>. Acesso em: 24/08/2018.

ESTADÃO, Conteúdo. **Idosos adiam saída do mercado de trabalho e já são 7,8% dos trabalhadores, segundo IPEA**. Correio do Povo, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/Noticias/Economia/2018/6/654413/Idosos-adiam-saida-do-mercado-de-trabalho-e-ja-sao-7,8-dos-trabalhadores,-segundo-Ipea>. Acesso em: 30/08/2018.

FELIPE, A. S.; MARINI, M. J.; PERONDI, M. A.; SANTOS, G. D. A importância do planejamento urbano para o desenvolvimento sustentável: uma revisão de literatura. Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento, v. 9, n. 2, p. 171-191, 2020.



FRANCHI, K.M.B; JUNIOR, R.M.M. **Atividade física: uma necessidade para a boa saúde na terceira idade.** Revista Brasileira em Promoção da Saúde, Ceará, 2008.

GARCIA, M.; PIVA, F. **Comentários ao estatuto do idoso.** 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

GRAY, D. E. Pesquisa no Mundo Real: serie métodos de pesquisa. 2ª ed., Penso, São Paulo, 2012.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Institucional: atuação.** 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/institucional/atuacao-ibge.html>. Acesso em: 11/2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua): o que é.** 2018. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?edicao=22193&t=o-que-e>>. Acesso em: 10/2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População Brasileira.** 2018. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama>. Acesso em: 08/2018.

JÚNIOR, C. S. D.; COSTA, C. S. **O envelhecimento da população brasileira: uma análise de conteúdo das paginas da REBEP.** 2006. Disponível em: <http://www.abep.org.br/~abeporgb/publicacoes/index.php/anais/article/viewFile/1521/1485>. Acesso em: 10/2018.

KRELING, N. H.; BECK, B. **O envelhecimento do trabalhador impõe novos desafios às políticas públicas.** Revista Indicadores Econômicos FCC, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 47-62, 2010.

MELO, N.C.V.; FERREIRA, M.A.M.; TEIXEIRA, K.M.D. **Condições de vida dos idosos no Brasil: uma análise a partir da renda e nível de escolaridade.** Revista Brasileira de economia Doméstica, v. 25, n 1, Voçosa, 2014.

PEREIRA, J.A.C.; FORMIGA, N. **Comportamento de Consumo na Sociedade Pós-Moderna e sua influência na Terceira Idade.** Portal dos psicólogos, 2018. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/330185823>. Acesso em: 02/2019.

PNAD, Contínua. **Rendimento de todas as fontes 2017.** Ibge, 2018. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101559\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101559_informativo.pdf). Acesso em: 10/2018.

SILVA, J.A.C.; SOUZA, L.E.; GANASSOLI, C. **Qualidade de vida na terceira idade: prevalência de fatores intervenientes.** Revista da Sociedade Brasileira de Clínica Médica, São Paulo, v. 15, nº 03, p. 146-149, 2017.

SILVA, L.R.F. Terceira idade: nova identidade, reinvenção da velhice ou experiência gerencial. Revista de saúde coletiva, Rio de Janeiro, 2008.



TELLES, S.; ELIAS, R. V.; REIS, R. M.; LUTZ, T. Saúde, economia e qualidade de vida na sociedade contemporânea: do reconhecimento à legitimação de um problema social. Revista Kairós Gerontologia, São Paulo, 2015.

VERAS, R. **Envelhecimento populacional contemporâneo: demandas, desafios e inovações.** Revista de Saúde Pública, vol.43, n.3, 2009. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S003489102009000300020&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S003489102009000300020&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 27/09/2018.

VETTORAZZO, L. **Cada vez mais velha população brasileira chega 208 milhões.** Folha de São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/07/com-populacao-cada-vez-mais-velha-brasil-atinge-208-milhoes-de-pessoas.shtml>. Acesso em: 06/09/2018.